

19/09/2019

## Saúde do Trabalhador e Luta de Classes

### Francisco Lacaz

[Doutor em Medicina. Professor Titular Sênior da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP]

Há 35 anos foi criado o “Programa de Atenção à Saúde do Adulto: Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador Químico do ABC”<sup>1</sup>. Tratou-se de uma experiência **revolucionária**, pois além de incluir na equipe de saúde a figura do agente sindical de saúde (ASS), adotou outras medidas bastante avançadas. A proposta foi discutida e aprovada pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, através da atuação da área técnica Saúde e Trabalho do Instituto de Saúde, seu órgão de pesquisa, numa negociação com técnicos do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat) que atuavam no Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Santo André e região (STIQFSA). Ocorreu durante a gestão do governador Franco Montoro, seguramente um dos momentos mais democráticos quanto à relação Estado – Sociedade, em plena Ditadura Civil-Militar, quando era Secretário de Saúde o saudoso sanitarista João Yunes. A experiência do Programa de Saúde do Trabalhador Químico do ABCD, depois estendida para os trabalhadores da Construção Civil de São Caetano do Sul, durou cerca de 7 anos, sendo absorvida pelos Programas de Saúde do Trabalhador de Santo André, Diadema; São Bernardo; Mauá, quando da municipalização da saúde, no início dos anos 1990, já **não** mais com as medidas iniciais. Como já dito, tratou-se de um projeto revolucionário porque dentre outras “novidades” incorporou o ASS, cinco deles em cada uma das cinco Unidade de Saúde, o qual compunha a equipe de saúde, além do médico e do auxiliar ou atendente de enfermagem. Ressalte-se que aconteceu **antes** da existência do Sistema Único de Saúde, mas já incorporando os princípios da universalidade, da integralidade e da participação social, sendo que esta ocorria de forma radical, pela ação do STIQFSA na sua gestão, mediante a **seleção** dos médicos, a formação dos ASS, ambas com a assessoria técnica do Diesat. Inicialmente, em 1984, o Programa foi implantado em Diadema, que na época abrigava “199 indústrias químicas, todas de pequeno porte, onde trabalhavam aproximadamente 5.000 pessoas.”<sup>2</sup> (p.14), e Mauá, cujo

“parque industrial (...) é composto por empresas de médio e grande porte, onde se empregam aproximadamente 5.000 trabalhadores.”<sup>2</sup> (p.14).

Em junho de 1985, também incluiu as cidades de Santo André; São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, com a entrada do Sindicato da Construção Civil.

Dentre os aspectos inovadores e revolucionários incorporados pelo projeto pode-se listar: entrega do prontuário médico ao trabalhador; horário de funcionamento das 17 às 21 horas; coleta detalhada da história de vida laboral, realizada pelo ASS com quem o trabalhador atendido tinha o **primeiro contato** ao chegar à Unidade de Saúde, para depois passar pela consulta médica; pagamento de um salário mínimo ao ASS, pela Secretaria de Estado da Saúde, pela atuação após sua jornada comum de trabalho. Dado que o ASS era um trabalhador químico formado, mediante curso desenvolvido pelo STIQFSA com apoio do Diesat, o que o capacitava para discutir a relação trabalho – saúde no setor químico, passou a se constituir numa **liderança** que representava o Sindicato nas empresas, apoiando no levantamento das reivindicações dos seus pares que, uma vez trazidas até o Sindicato, alimentaram mobilizações por greves pela melhoria das condições de trabalho naquela época, como ocorreu na indústria química Ferro Enamel em 1984, contra a intoxicação por chumbo, e na Eletrocloro em 1987, contra a contaminação por mercúrio<sup>3</sup>. Foram formados cerca de 40 ASS no período de funcionamento do Programa e, pelo fato de terem se constituído em importantes lideranças sindicais **dentro** das empresas, **todos** acabaram sendo **demitidos** após algum tempo e não mais conseguiram obter emprego na indústria química do ABCDM porque passaram a fazer parte de uma “lista negra” elaborada pelas empresas do setor!

Trata-se de uma das mais claras expressões da contradição Capital – Trabalho envolvendo a saúde no trabalho. Haveria exemplo mais didático e expressivo da luta de classes do que esse? ■■■■

#### Referências:

- 1 - Secretaria de Estado da Saúde. Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho. Sindicato dos Trabalhadores da Indústrias Químicas de Santo André. Programa de Atenção à Saúde do Adulto: Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador Químico do ABC. 1984. 18 pp. [mimeo]
- 2 - Botelho, ZGA; Lacaz, FAC; Sato, L; Travieso, PI. Avaliação Qualitativa de Alguns Aspectos Organizacionais do “Programa de Atenção à Saúde do Adulto: Projeto de Atenção à Saúde do Trabalhador Químico do ABC” em duas Unidades Básicas. *Relatório de Pesquisa*. São Paulo: Instituto de Saúde da SES de SP/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1987. 235 pp. + Anexos.
- 3 - Reboças, AJA; Antonaz, D; Lacaz, FAC *et al.* Insalubridade: morte lenta no trabalho. São Paulo: Oboré Editorial/Diesat, 1989. [2ª. parte – Morte lenta no trabalho]

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.*